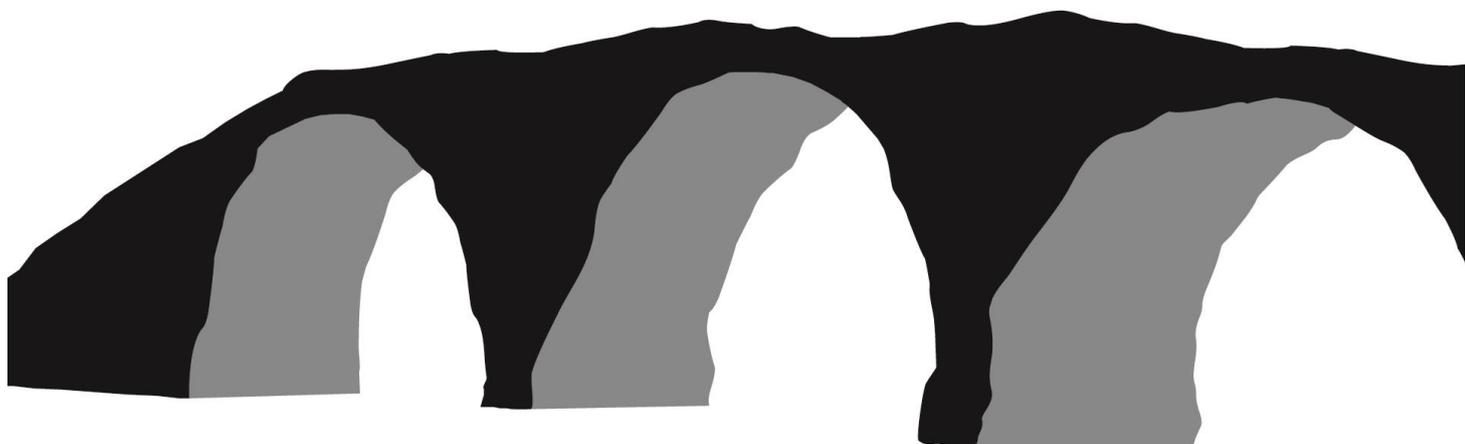


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 10 | Número 2 | Julho – Dezembro 2016  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

**FORMAS PROFANAS, CONTEÚDOS DIVINOS.  
A HISTÓRIA DE GARRAFAS OITOCENTISTAS DE UM PORÃO  
EM SALVADOR DA BAHIA**

**PROFANE STYLES, DIVINE CONTENTS.  
A HISTORY OF NINETEENTH-CENTURY BOTTLES IN  
A SALVADOR OF BAHIA BASEMENT**

Samuel Lira Gordenstein



*Data de recebimento: 27/08/2015.*

*Data de aceite: 11/04/2016.*

**FORMAS PROFANAS, CONTEÚDOS DIVINOS.  
A HISTÓRIA DE GARRAFAS OITOCENTISTAS DE UM PORÃO  
EM SALVADOR DA BAHIA**

**PROFANE STYLES, DIVINE CONTENTS.  
A HISTORY OF NINETEENTH-CENTURY BOTTLES IN  
A SALVADOR OF BAHIA BASEMENT**

Samuel Lira Gordenstein<sup>1</sup>

---

RESUMO

O artigo promove reflexões sobre a manufatura e eventual descarte de 10 garrafas de vidro encontradas em escavações arqueológicas no centro histórico de Salvador, Bahia. Contentores vítreos são bens reutilizáveis, que podem ter uma sobrevivência considerável, com várias etapas, realidade esta que serve como base para discutir *time lag* (Hill, 1982), o tempo decorrido entre a manufatura e o descarte de um objeto, conceito este que é esmiuçado para as garrafas encontradas em solo baiano. Este exercício é feito a partir do uso de fontes históricas locais, e considera o contexto cultural e econômico de Salvador no fim do século XIX. Também com base na interpretação do uso do porão onde foram encontradas, sugere-se que o abandono das garrafas pode estar associado à família proprietária do sobrado, e é mais bem compreendido se forem consideradas as formas como africanos e seus descendentes na diáspora usavam objetos no contexto do Candomblé baiano.

**Palavras-chave:** manufatura e reutilização de garrafas, Salvador (Bahia), arqueologia urbana.

RESUMEN

El artículo promueve reflexiones sobre la manufatura y eventual descarte de 10 botellas de vidrio encontradas en excavaciones arqueológicas en el centro histórico de Salvador, Bahía. Los recipientes esmaltados son bienes reutilizables que pueden tener una supervivencia considerable, con varias etapas, una realidad que sirve de base para discutir *time lag* (Hill, 1982), el tiempo discurrido entre la manufatura y el descarte de un objeto, un concepto que se analiza por las botellas encontradas en suelo bahiano. Este ejercicio se realiza por el uso de fuentes históricas locales y considera el contexto cultural y económico de Salvador a finales del siglo XIX. También, en base a la interpretación del uso del sótano donde fueron encontradas las botellas, sugiere que su abandono puede estar asociado al dueño de la casa familiar, y se entiende mejor si se tiene en cuenta la forma como los africanos en la diáspora utilizaban objetos en los cultos de Candomblé en Bahia.

**Palabras clave:** manufatura y reutilización de botellas, Salvador (Bahía), arqueología urbana.

---

<sup>1</sup> Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Bahia. Rua Visconde de Itaparica, 8 - Barroquinha, Salvador - BA, 40024-082. Email: [samuel.liragordenstein@gmail.com](mailto:samuel.liragordenstein@gmail.com).

ABSTRACT

The article examines the manufacture and eventual discard of 10 glass bottles found in archaeological excavations in the historical downtown of Salvador, Bahia. Glass containers are reusable goods with long shelf-lives; this reality serves as a platform to discuss the concept of *time lag* (Hill, 1982), which refers to the time elapsed between the use and discard of an object. This concept is applied to a Bahian case study, using local historical sources while also considering Salvador's cultural and economic context at the end of the nineteenth century. Based on the interpretation of the use of the basement where they were found, it is suggested that the bottles' abandonment is linked with the house's owners, and is best understood if one considers the ways that Africans and their descendants in the diaspora used objects during the practice of Bahian Candomblé.

**Keywords:** bottle manufacture and reutilization, Salvador (Bahia), urban archaeology.

Durante escavações arqueológicas no centro histórico de Salvador em 2008, foram encontradas 10 garrafas de vidro assentadas no piso de chão batido oitocentista do porão de um sobrado. Por estarem inteiras e em arrumações que pareciam ser intencionais, logo chamaram a atenção da equipe de campo. O fato de estarem soltas acima do piso a princípio abria a possibilidade de sua associação com o entulho colocado depois da desativação do espaço. Porém, conforme será demonstrado adiante, as garrafas não faziam parte do aterro, pois tratavam-se de um exemplo de deposição *de facto*<sup>2</sup>, onde os vestígios foram colocados de forma intencional acima do piso batido, abandonados e depois encontrados durante a pesquisa de campo em suas posições originais.

Esta seria a primeira de muitas outras descobertas no subsolo do casarão: a subsequente pesquisa demonstrou ter existido no local um culto de Candomblé, a religião que se consolidou a partir do século XIX por iniciativa dos escravos africanos e seus descendentes em terras baianas e outros locais do Brasil. No fim do século XIX o porão foi totalmente reconfigurado para uso religioso e nela instaladas 46 estruturas arqueológicas de função ritual. Tratava-se de conjuntos de artefatos que incluía contas, moedas, pregos, búzios, vestígios faunísticos, entre outros, comumente encontrados enterrados abaixo do piso (Gordenstein, 2014; 2016).

Uma vez passado o período áureo do espaço religioso, nos anos antes e depois da virada para o século XX, as evidências apontam para atividades ritualísticas pontuais, que se encerram a partir da aquisição do imóvel por um imigrante espanhol, provavelmente no ano de 1926<sup>3</sup>.

O foco deste artigo será um conjunto de garrafas encontradas praticamente intactas no piso oitocentista, provavelmente utilizadas por último como objetos de oferendas e posteriormente abandonadas. O texto tem como meta dissecar a vida útil de cada recipiente até seu descarte final no chão do sobrado. Esta discussão está ancorada numa análise técnica da fabricação dos contentores assim como nas possibilidades de sua subsequente reutilização, tendo como base o conceito de “time lag” desenvolvido por Hill (1982)<sup>4</sup>. A intenção é demonstrar o valor de uma garrafa nesta época, e derivar uma data precisa para o seu abandono, para tentar identificar o indivíduo ou grupo responsável por sua deposição através da documentação histórica. Finalmente, levando em conta o uso do porão para um culto afro-brasileiro, há uma discussão sobre a função de garrafas no contexto da diáspora africana.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DO SOBRADO

Nas últimas décadas do XIX, muitos dos casarões na antiga Rua do Tijolo (hoje rua 28 de Setembro) eram alugados a inquilinos que faziam a vida no centro administrativo, político e religioso (católica) da cidade de Salvador, a poucos metros dali. Já passara a época áurea da rua, quando os abastados proprietários escolhiam morar lá: muitos moradores eram funcionários públicos de remuneração modesta, donos de tavernas, profissionais liberais e membros dos “cantos” de trabalho espalhados pela cidade, sendo estes últimos contratados, sobretudo, para transportar mercadorias e trabalhar na construção civil. Alguns

<sup>2</sup> Segundo Schiffer (1976), a deposição *de facto* resulta do abandono intencional ou não intencional do sítio arqueológico e comumente resulta na descoberta de artefatos inteiros.

<sup>3</sup> Em Gordenstein (2014; 2016) constam os detalhes sobre as evidências referentes à fundação e uso intensivo do espaço, período que não será discutido aqui.

<sup>4</sup> Traduzido do inglês, o “tempo de atraso” refere-se ao tempo despendido entre a fabricação de uma garrafa e seu descarte final.

moradores eram escravos: para a década de 1870, foram identificados 31, tendo a maioria função doméstica (APEBA, 1871a; 1871b; 1874)<sup>5</sup>. Há também indícios de que as casas não serviam tão somente para moradia e comércio: entre 1863 e 1871, foram localizadas num jornal três reclamações sobre “sambas” que ocorriam à noite na antiga Rua do Tijolo, sendo este termo comumente usado para indicar a presença de cultos de candomblé (O Alabama, 1865: 4; 1868: 1; 1871: 1).

Sobre os moradores da casa onde ocorreram escavações arqueológicas, a de número 21, pouco se sabe, diferente do proprietário, cujo nome aparece no Imposto Predial do Território Urbano (IPTU) do ano de 1893 (Figura 1). João Baptista Barbosa Marques era um português que chegou ao Brasil ainda adolescente e parece ter feito sua fortuna negociando mercadorias entre o Brasil e Portugal<sup>6</sup>. Não por acaso, ele morava e tinha comércio na freguesia do Pilar, próximo à Alfândega<sup>7</sup>.

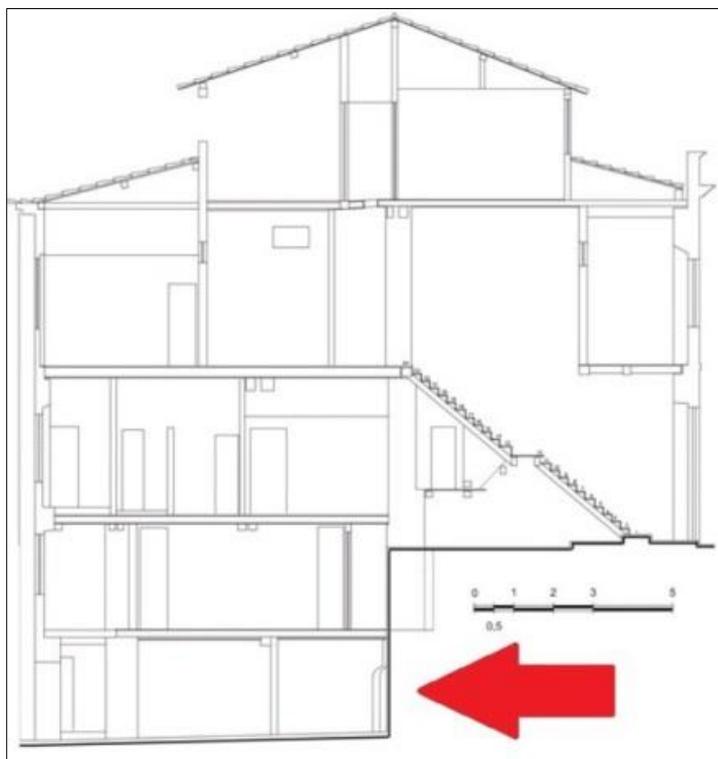


Figura 1: Corte arquitetônico do atual sobrado (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, 1996).

Marques era homem rico: em 1873, declarou ter uma renda anual de cinco contos de réis<sup>8</sup>. Ao falecer, em 1899, deixou uma fortuna de pouco mais de 897 contos de réis para os seus herdeiros, sendo uma parte

<sup>5</sup> Cf. Inventários de Ana Leopoldina e Oliveira, Guilherme Rebelo, e Manoel Martins de Andrade. Na década de 1870, já se tornara comum recorrer a trabalhadores assalariados nas cidades, o que explica o número relativamente reduzido de escravos identificados. Destes, é provável que uma parcela morasse na rua com seus senhores.

<sup>6</sup> Encontramos nos jornais anúncios de importações de 127 toneladas de “diversos gêneros” e exportação de “ramas de ticum”, planta que tinha fibras muito resistentes (Cf. O Monitor, 1876: 3; O Monitor, 1879: 2; O Monitor, 1880: 4). O uso do ticum ou tucum para a confecção de redes de pesca, uma herança indígena, sobreviveu ao longo do século XIX até ser gradualmente substituído pelo nylon no século XX (Cotrim, 2008).

<sup>7</sup> Cf. O Monitor (1877: 3) para menção do seu comércio; e O Monitor (1878: 2), e o seu inventário, para detalhes sobre o seu local de residência.

<sup>8</sup> O valor de seus rendimentos aparece na listagem da lista de qualificação eleitoral para a Freguesia do Pilar (O Monitor, 1878: 2).

considerável do espólio mais de 70 imóveis e diversos terrenos nos arredores da cidade. Um destes imóveis era a casa 21 da rua 28 de Setembro. No seu testamento escrito em 1898, apesar de afirmar ser solteiro e nunca ter se casado, Marques cita Emiliana Maria de Jesus “que viveu em minha companhia até morrer” e com quem teve cinco filhos. Parece ter sido uma relação duradoura, pois o português estivera a seu lado 26 anos antes, no batismo de João, o menino mais velho do casal. Um ano após ditar o seu testamento, o português faleceu na sua residência, não tão distante da rua 28 de Setembro, na Freguesia do Pilar.

Emiliana, provavelmente, era uma mulher negra: os dois filhos batizados na década de 1870 são listados como “pardos”, e o mais novo, que morreu em 1924, aparece no atestado de óbito como “mestiço”. Presume-se que o pai, o português Marques, fosse branco. Os arquivos pouco revelam e o nome corriqueiro dificulta a pesquisa histórica, no entanto, é possível que seja a Emiliana Maria de Jesus que aos 52 anos faleceu e foi enterrada no tradicional cemitério soteropolitano do Campo Santo, em 1895.

Essa revelação sobre a descendência africana de Emiliana é pertinente, pois o Candomblé nessa época era liderado e frequentado quase que exclusivamente por africanos e seus descendentes brasileiros. Desta forma, a presença de Emiliana como figura matriarcal fortalece a tese aventada adiante, do envolvimento da família Marques com o Candomblé<sup>9</sup>.

Conforme o testamento do português, após sua morte a casa tornou-se herança, para usufruto, de sua filha Joanna Baptista Barbosa Marques Ferreira. De fato, o seu marido João Baptista Gonçalves Ferreira já aparece como usufrutuário no IPTU no ano após a morte do seu sogro. O último registro que se tem de Joanna é para o ano de 1925; no fim do ano seguinte, um espanhol de 33 anos com nome de Jesus Lopes Cal aparece pedindo permissão ao município para fazer obras no sobrado. Presume-se que Joanna tenha morrido neste interlúdio, e com isso extinguiu-se o usufruto e a casa tenha sido vendida pelos herdeiros para o espanhol.

Jesus Lopes Cal vivia de rendas coletadas do aluguel de alguns cômodos do imóvel e de seu pequeno comércio no mesmo endereço. No início da década de 1960, segundo a antiga moradora da rua Dona Teresa Santana, ainda existia sua loja de ferragens de nome “Vila Nova”, que vendia principalmente material elétrico (Entrevista concedida no dia 06/11/2008).

Esta breve narrativa histórica, quando confrontada com as datações relativas arqueológicas, sugere que enquanto a família Marques é proprietária do imóvel, há a deposição de materiais usados para a prática do Candomblé. Com a morte do patriarca e talvez também de sua companheira na década de 1890 parece haver uma interrupção na deposição de objetos de culto. Em seguida, será apresentada a evidência arqueológica no porão que aponta para seguidos ciclos de abandono e reconfiguração do espaço.

#### ANÁLISE DA TÉCNICA DE MANUFATURA DAS GARRAFAS

As garrafas estavam distribuídas em dois cômodos do porão do antigo sobrado (Figura 2). Sete estavam num pequeno cômodo no canto norte do pavimento, cinco delas encostadas no canto nordeste do cômodo, sendo que duas estavam separadas das outras por uma rocha. Entre as outras três do canto, uma estava em pé, fragmentada a partir do pescoço, com sua base assentada numa cavidade rasa no piso. No meio do cômodo,

<sup>9</sup> João Reis no seu levantamento de fontes oitocentistas identifica preciosos detalhes sobre os líderes dos candomblés: eram 33 africanos, seis crioulos, cinco mulatos, um português e uma mulher branca (Reis, 2001: 120).

de frente para a porta de entrada, a pouco mais de um metro, estavam mais duas garrafas. Ao atravessar a limiar da porta para o próximo cômodo, à esquerda estavam mais três garrafas acima do chão batido. Todas as garrafas estavam vazias quando encontradas, e visíveis em cima do piso durante o período de uso do chão batido de argila.

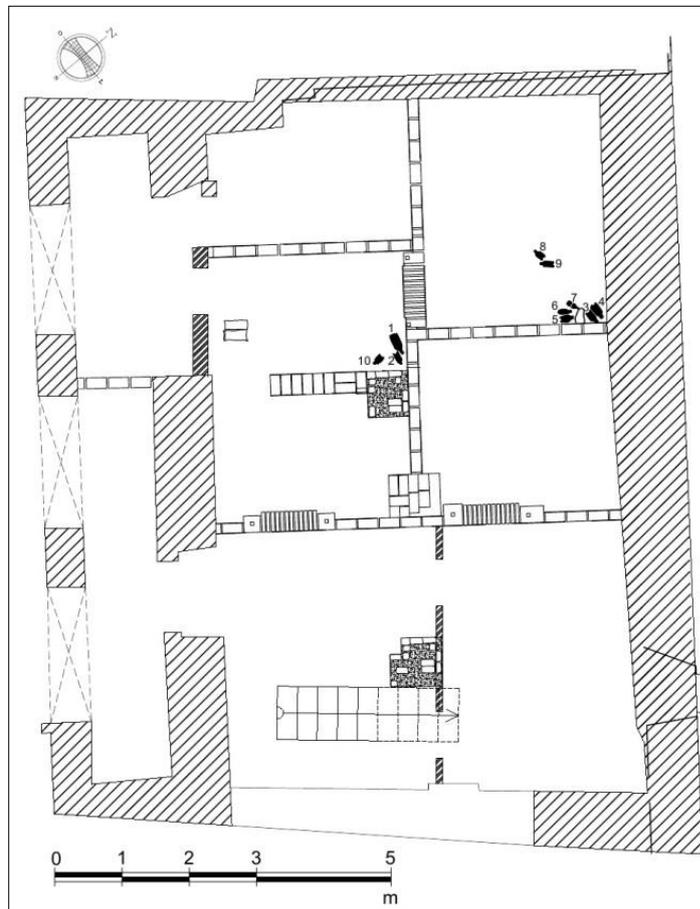


Figura 2: Planta oitocentista com a localização das garrafas (Samuel Gordentein / Geovana Frois).

A maioria das garrafas estava inteira e sem fragmentações, com exceção da garrafa 1, de vinho, que faltava a terminação, enquanto as garrafas 6 e 10 estavam fragmentadas, porém com todas as peças juntas no local de sua deposição original (Figura 4). Entende-se que o processo posterior de assentamento da camada de aterro encima do piso resultou na fragmentação das duas garrafas.

Tabela 1: Identificação das garrafas<sup>10</sup>.

Núm.	Técnica de fabricação	Forma da garrafa	Conteúdo	Fabricante da garrafa	Fab. produto final	Data inicial /Fonte	Data terminal /Fonte
1	Molde inteiro (Dip mold)	Bordeaux	Vinho	Indeterminado	Indt	c.1850 (Lindsey 2010)	c.1875 (Jones & Sullivan, 1989: 26)
2	Provável molde de torno	Export	Provavelmente Cerveja	Provavelmente nos EUA, possivelmente Alemanha	Indt	1873 (Lockhart 2007: 53)	c. 1895 (Lindsey 2010)
3	Molde de 3 partes	Champagne	Provavelmente Cerveja	Cannington, Shaw & Co. (Inglaterra)	Indt	1892 (Lockhart et al. 2014)	c.1900 (Barker & Harris 1993: 450)
4	Molde de 3 partes	Champagne	Provavelmente Cerveja	Cannington, Shaw & Co (Inglaterra)	Indt	1892 (Lockhart et al. 2014)	c.1900 (Barker & Harris 1993: 450)
5	Molde de 3 partes	Champagne	Provavelmente Cerveja	Cannington, Shaw & Co (Inglaterra)	Indt	1892 (Lockhart et al. 2014)	c.1900 (Barker & Harris 1993: 450)
6	Molde de 2 partes	Torpedo	Soda Water	Provavelmente na Inglaterra	Castro Valente (Bahia)	c.1887 (APEBA 1888)	c.1900 (Lindsey 2010)
7	Manual/provável cup bottom mold	Cilíndrico	Vinho de salsa e caroba	Possivelmente no Brasil ou Portugal	Drogaria Dias Lima (Bahia)	c.1880 (O Monitor, 1879)	c.1901 (Sauer 1901)
8	Provável molde de torno	Champagne	Provavelmente Cerveja ou água mineral	Indeterminado	Indt	c.1880 (Lindsey 2010)	c.1915 (Miller & Sullivan 2000:169)
9	Molde de 3 partes	Champagne	Provavelmente Cerveja	Cannington, Shaw & Co (Inglaterra)	Indt	1880 (Lockhart et al. 2014)	1892 (Lockhart et al. 2014)
10	Provável molde de torno	Champagne	Provavelmente Cerveja	Provavelmente Europa	Indt	c.1880 (Lindsey 2010)	c.1920 (Lindsey 2010)

Além da questão de integridade das garrafas, há um ordenamento espacial que também sugere uma intencionalidade na localização dos depósitos. Oito das dez garrafas aqui analisadas estão nos cantos dos cômodos. Por sua vez, estão também aglomeradas, em pares e trios.

A Tabela 1 acima resume algumas das informações sobre a manufatura da amostra discutida, especificamente a técnica de fabricação utilizada para cada garrafa e prováveis datas de manufatura, forma, conteúdo e fabricante. A garrafa 1 é a maior da coleção, com pelo menos 10 cm a mais de altura do que o restante das garrafas, de forma tipo *Bordeaux*, uma alusão ao seu uso na região dos vinhos no oeste da França. Esta forma é caracterizada pelo corpo alto, com os lados quase paralelos, e ombros relativamente íngremes,

<sup>10</sup> Para a análise dos aspectos técnicos da fabricação das garrafas foi usado Lindsey (2010), com as exceções sendo referenciadas no texto. Quanto à datação dos mesmos, foram utilizadas principalmente fontes de natureza histórica, uma vez que Lindsey (2010) trata do contexto norte-americano, que tem importantes diferenças com o nosso.

como no caso desta garrafa. Outros aspectos diagnósticos, como as feições de parte do pescoço e toda a terminação, não puderam ser observados devido a sua ausência. A falta de marcas de molde e de pontel, aliada a uma descontinuidade no vidro na altura do ombro, sugerem o uso do molde inteiriço e do instrumento de sustentação, este segundo fornecendo uma data inicial de produção para a garrafa de 1850. A base tem um *kick-up* (ou *push-up*) profundo, e falta a terminação, que quebrou antes do seu assentamento no piso. O molde inteiriço era pouco usado nas garrafas de vinho depois da década de 1860, uma exceção é o relato de seu uso ainda em 1870, na França, o que fornece uma data terminal de produção para a garrafa de c.1875 (Jones & Sullivan, 1989: 26).

A garrafa 2 tem forma tipo *export*, que está fortemente associada à produção de cerveja *lager* nos E.U.A., local onde originou-se no ano de 1873. O termo “export” parece remeter à “exportação” de cerveja das fábricas de Saint Louis aos estados do oeste dos E.U.A. no fim do século XIX, sendo que a empresa responsável por criar a garrafa, a Anheuser Busch, também vendia seus produtos para o Brasil por volta de 1882 (Lindsey, 2010; Lockhart, 2007: 53). No caso do exemplar encontrado na Bahia, o pescoço da garrafa tem uma protuberância e o diâmetro do bojo é moderado, sendo que há um ângulo relativamente abrupto entre o fim do ombro e o início do pescoço da garrafa, características essas dos contentores do tipo *export*.

A garrafa tem um *kick-up* de 2,2 cm e uma marca de molde circular na base. No restante de seu corpo não exibe marcas de molde e tem algumas estrias horizontais, ainda que pouco perceptíveis. Por essas razões, foi identificada como fabricada em molde de torno, que segundo Lockhart (2007: 54) foi utilizado nos primeiros anos de produção da garrafa *export* nos E.U.A., assim como na Alemanha. (Lockhart, 2007: 54). A estimativa da data terminal de produção, c. 1895, vem a partir da terminação estilo “mineral” da garrafa, que foi gradualmente substituída pelo estilo “coroa” após esta data (Lindsey 2010).

As garrafas 3, 4 e 5, todas elas do tipo *champagne*, aparecem com a marca do fabricante “CS & C<sup>o</sup>. L<sup>d</sup>.”, as últimas duas letras indicando o início da era da empresa inglesa Cannington, Shaw & Co. como firma “Limitada”, que ocorreu em 1892 (Figura 3). Contentores de cerveja e conservas manufaturadas nesta fábrica foram encontrados em contextos do fim do XIX no oeste dos E.U.A. (Lockhart *et al*, 2014: 51). Infere-se que os recipientes analisados aqui, com alturas entre 23 e 24 cm, também serviram para engarrafar cerveja, ainda que fosse possível seu uso para soda e água mineral. O uso do estilo *champagne* de garrafa era relativamente comum para cerveja, tendo sido inspirado nos contentores maiores utilizados para engarrafar champagne e vinho.



Figura 3: Base da garrafa 3 com a marca do fabricante (Autor).

A data terminal de produção das garrafas encontradas na Bahia é em torno de 1900, uma vez que a fábrica adquire máquinas de produção semiautomática Ashley em 1897 (Lockhart *et al*, 2014). A data utilizada aqui permite três anos para a mudança de tecnologia afetar a forma de produção da maioria das garrafas. As três garrafas foram fabricadas da mesma forma: apresentam duas marcas de molde verticais a partir de uma marca de molde horizontal no ombro. Na base, além da marca do fabricante, tem uma marca de molde circular, com um *mamelon* (um pequeno acúmulo simétrico e circular de vidro) no centro. As garrafas 3 e 4 tem uma terminação aplicada, de fabricação pouco sofisticada, com escorrimento de vidro a partir da base da terminação, que tem estilo *packer*. A garrafa 5 foi colocada no piso já sem a terminação.

Constam na garrafa 6 do tipo “torpedo” as inscrições “Castro Valente” e “Soda Water” em disposição vertical no bojo, que logo permitem a associação à “Fábrica de gazozas” do baiano Artêmio Castro Valente, que aparece nos Almanques Administrativos da cidade de Salvador até a edição de 1904/1905. A primeira aparição da fábrica em fontes históricas é no fim do ano de 1887, quando fazem uma cobrança judicial a um devedor. A garrafa torpedo, cujo auge de fabricação ocorreu entre 1875 e 1900, está fortemente associada à Inglaterra, fato este também sugerido pela inscrição em inglês no seu bojo<sup>11</sup>. É provável que tenha vindo da Europa vazia, usada como lastro nos navios, prática comum na época, e engarrafada com a água efervescente na fábrica em Salvador (Lindsey, 2010; Lockhart, 2007: 51).

Embora a pátina na garrafa atrapalhe a leitura em vários locais, duas marcas de molde verticais podem ser enxergadas, do início da base pontiaguda até a base da terminação da garrafa. Na terminação estilo *blob*, não há escorrimento do vidro, somente uma leve irregularidade na sua base. É um claro exemplo de fabricação com um simples molde de duas partes.

A garrafa 7, que contém as inscrições “Vinho de salsa e caroba” e “Dias Lima”, um medicamento em garrafa cilíndrica grande, certamente era vendido na importante rede de farmácias soteropolitanas. Trata-se de uma garrafa associada às farmácias fundadas pelo farmacêutico português radicado na Bahia, Agostinho Dias Lima. Além de duas redes de farmácias, ele e seus sócios tinham uma fábrica nos arredores da cidade

<sup>11</sup> As propagandas de lojistas em jornais brasileiros da época preferem usar o termo “águas gazozas”; o uso do termo “*soda water*” não foi encontrado. Trata-se de mais um indício da fabricação inglesa da garrafa.

onde era fabricada uma grande gama de produtos, muitos deles necessitando de contentores: águas e vinhos medicinais, xaropes, unguentos e tinta de escrever (A Gazeta Médica da Bahia, 1889: 340).

A combinação de salsa e caroba foi aprovada no Brasil em 1874 e começou a ser comercializada no país a partir de então (O Paiz, 1885: 3) Em 1879, essa combinação apareceu em propagandas de drogarias (mas não em forma de vinho) pela primeira vez na Bahia, inclusive um extrato numa drogaria da família Lima (O Monitor, 1879: 4). A combinação de salsa e caroba aparece em propagandas na Bahia até o início da década de 1890, e foi encontrada em propagandas em outras cidades brasileiras até o fim da década seguinte (O Pequeno Jornal, 1892: 4; Pacotilha, 1909: 5). Estes dados históricos auxiliam na tarefa de fornecer uma data inicial de produção para a garrafa: presume-se que o empreendedor Agostinho Dias Lima enxergou o potencial do novo remédio e rapidamente iniciou a fabricação do seu próprio produto com estes ingredientes, salsa e caroba, na sua fábrica na região de Salvador conhecida como Jequitaia.

No corpo da garrafa, existem duas marcas de molde verticais, quase imperceptíveis, que começam na altura do calcanhar e terminam no ombro. No calcanhar, há uma marca de molde horizontal, também quase imperceptível, e na base, um pequeno *kick-up*. Na ausência de marcas de pontel convincentes, infere-se o uso do instrumento para sustentação.

Grandes sulcos verticais no pescoço e bastante escorrimento de vidro na terminação indiciam uma manufatura um tanto rústica, o que sugere sua formação manual pelo encarregado de soprar o vidro, e pode apontar para uma produção brasileira ou até portuguesa, ambas com indústrias vidreiras pouco sofisticadas nessa época (Cf. Zanettini & Camargo, 1999). Por este conjunto de evidências, infere-se o uso de um molde *cup-bottom* para formar a garrafa.

A data terminal de produção, c.1901, foi gerada a partir da data em que a “Drogaria Dias Lima” deixa de aparecer nas fontes históricas, portanto 13 anos após a morte de seu fundador, Agostinho.

A garrafa 8, de forma do tipo *champagne*, assim como as demais com essa forma da coleção, provavelmente foi usada para engarrafar cerveja, não podendo se descartar uso para outras bebidas, em definitivo. No corpo, não há marcas de molde, apesar de ser possível, ao redor do ombro, sentir um relevo que poderia ter sido causado por um molde. Na base, além de um *mamelon* no centro e um pequeno *kick-up*, há uma marca circular, quase imperceptível, que provavelmente trata-se de uma marca de molde. Há estrias horizontais no pescoço e na terminação, assim como no corpo, estas quase imperceptíveis.

A terminação foi aplicada ao estilo *packer* e tem uma pequena quantidade de escorrimento a partir da base. A presença de pátina em alguns locais dificulta a análise. Este conjunto de informações sugere o uso do molde de torno, apesar da garrafa parecer muito com aquelas da coleção fabricada na Inglaterra, na Cannington, Shaw & Co., todas elas com fabricação com moldes de três partes. A data inicial de manufatura da garrafa é derivada da presença de terminação para uso de uma espécie de tampa chamada *lightning stopper*, cujo uso tem início em torno de 1880. A data final, prevendo a possibilidade de tratar-se de uma garrafa produzida por molde de torno na Alemanha, é aproximada, de quando o uso de máquinas semi e automáticas já é predominante neste país (Miller & Sullivan, 2000: 169).



Figura 4: As 10 garrafas (Autor). A primeira fileira tem as garrafas 1 até 5 e a segunda fileira as garrafas 6 até 10.

A garrafa 9, de cor âmbar e forma do tipo *champagne* tem a marca “C.S. & Co.” inscrita na base, o que remete ao período inicial de funcionamento da fábrica Cannington, Shaw & Co., na Inglaterra, entre os anos de 1875 e 1892 (Lockhart *et al*, 2014). A garrafa tem uma marca de molde horizontal no ombro e duas marcas verticais que partem rumo à terminação do mesmo local. Vale ressaltar que a parte central do corpo, abaixo do ombro, tem coloração mais clara que o restante da garrafa.

A terminação é aplicada ao estilo *packer*, com uma base um pouco desnivelada e algumas marcas de estrias. Utilizava-se um *lightning stopper* com este tipo de terminação, com data de introdução em torno de 1880.

A base tem uma marca circular do uso de molde, dentro da qual está a marca do fabricante e um *mamelon* no centro. Na intersecção entre o calcanhar e a parte plana da base, quase imperceptível, está mais um traço circular de molde, para o uso de um molde separado para a base. Trata-se de mais uma garrafa com molde de três partes, fabricada pela Cannington, Shaw & Co., esta mais antiga que as demais da coleção.

A garrafa 10, de cor âmbar e estilo *champagne*, não tem marcas de molde no corpo, somente algumas estrias horizontais quase imperceptíveis. A garrafa apresenta bastante pátina e sinais de desgaste. Na base, tem duas marcas de molde circulares: uma no calcanhar e outra mais centralizada. No pescoço, há algumas estrias verticais, enquanto a terminação é do estilo *packer*, que seria utilizado com um *lightning stopper* a partir de c.1880. No interior do gargalo, alguns centímetros abaixo da abertura, há uma linha de junção horizontal.

Por este conjunto de características, sugere-se o provável uso do molde de torno para a sua manufatura, tecnologia utilizada até cerca de 1920.

Todas as garrafas deste contexto foram fabricadas manualmente e, salvo a garrafa 1, elas tem período de produção que atravessa parte da década de 1880 ou 1890. Isso inclui as quatro garrafas fabricadas na Cannington, Shaw & Co., umas delas provavelmente na década de 1880 e as outras três, quase certamente, durante a década seguinte, todas feitas manualmente com um molde de três partes. A fábrica inglesa foi fundada em 1875, num período de expansão local na produção de garrafas. No fim da década seguinte, já contava com 870 trabalhadores, número que cresceu para 1188, o que segundo uma fonte a tornaria a “maior fábrica, de qualquer tipo, no mundo” (Barker & Harris, 1993: 450). É interessante observar que apesar de máquinas semiautomáticas estarem em uso no país desde 1887, devido à resistência do sindicato, demorou 10 anos para a introdução das máquinas Ashley no chão de uma das mais importantes fábricas de garrafas do mundo (Barker & Harris, 1993: 450; Lockhart *et al.*, 2014: 52).

As seis garrafas restantes não tem a marca do fabricante do contentor, porém, é possível sugerir locais de fabricação em alguns casos. Conforme discutido anteriormente, o fabricante da garrafa para água com gás parece ter sido inglês, e Artêmio Castro Valente, dono da fábrica em Salvador, seu cliente. O recipiente de vidro na forma “torpedo”, com inscrições em inglês no bojo, certamente foi um produto importado pelo negociante baiano, amplamente envolvido nas redes transatlânticas comerciais entre o Brasil e a Europa (Cf. O Correio da Bahia, 1878: 8; O Diário de Notícias, 1893: 2; Sauer, 1901: 530; APEBA, 1905).

Quanto ao recipiente utilizado para engarrafar o vinho de salsa e caroba vendido pela droguaria “Dias Lima” de Salvador, existem pistas para sua origem. Pode ter sido fabricado no Brasil, numa pequena fábrica, talvez até baiana, em época anterior ao período de grande produção de fábricas como a Santa Marina em São Paulo. Possivelmente a própria fábrica do comerciante produziu garrafas. Propaganda no Almanaque Administrativo de 1857 definitivamente comprova a experiência do fundador lusitano Agostinho Dias Lima com importação de produtos europeus. É provável que a manufatura grosseira da garrafa 7 seja indício de uma origem de caráter artesanal brasileira ou portuguesa. O uso de palavras em português no bojo fortalece essa possibilidade.

A garrafa de cerveja de estilo *export* está fortemente associada à produção de cerveja nos E.U.A., a partir de 1873. A forma da garrafa foi inventada lá, apesar de sua produção em molde de torno (o caso do exemplar encontrado) ter durado poucos anos, e também ocorreu na Alemanha, por alguns anos adicionais. Para o restante das garrafas, não é possível precisar o local de origem.

Em síntese, essa pequena amostra destaca o caráter internacional, de fabricação manual, das garrafas usadas em Salvador para bebidas durante o período de 1880 até o fim do século.

## O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DAS GARRAFAS

O porão tinha um piso de argila, comumente chamado de “chão batido,” cujo *terminus post quem* (TPQ), “data depois de” em latim, foi uma moeda de 100 réis do ano de 1871, que estava associada a uma lente de cal colocada no momento de sua construção. Durante o período de uso do chão batido no porão, conforme demonstrado através de analogias com candomblés no presente e passado, certos procedimentos

característicos de cultos afro brasileiros deixaram uma pegada arqueológica, como o enterramento de objetos para proteger o espaço, a organização de um cômodo para a devoção das divindades, repleta de objetos e restos faunísticos posicionados em altares, a colocação de um “fundamento” abaixo do piso que remete à fundação do espaço, inclusive com um objeto de uso pessoal da responsável pelo culto, entre outras muitas evidências.

O conjunto de garrafas, cujo TPQ é o ano de 1892, estava assentado na superfície do chão batido, e trata-se do último vestígio ritual datável encontrado antes do abandono espaço por alguns anos. Ao que parece, a atividade de culto funcionou com regularidade no espaço ao longo de boa parte das décadas de 1870, 1880 e 1890.

Subsequentemente, um piso de cimento foi colocado no porão, com uma camada de aterro abaixo servindo como contrapiso. Estas duas camadas foram colocadas de forma sincrônica, tendo sido encontrada no aterro uma moeda de 100 réis de cupro-níquel do ano de 1901, e no pavimento moderno, um gargalo de vidro, com um aglomerado do piso de cimento no seu interior. Este recipiente tem terminação estilo “coroa”, sendo fabricado de forma semi ou totalmente automática a partir de uma *máquina narrow mouth blow and blow* usada para cervejas e refrigerantes. Segundo Lindsey (2010), são indícios para sugerir uma fabricação a partir do ano de 1905. Associado a este gargalo estavam outros contentores vítreos fabricados por máquinas, incluindo uma com uma marca Owens, que também fornece um TPQ de 1905 para o piso de cimento. No total, os 152 fragmentos vítreos associados ao cimento resultaram na identificação de 11 garrafas distintas, sendo quatro delas fabricadas a partir do século XX. Desta forma, há indícios temporais para sugerir que o piso de cimento foi colocado no século XX, em período distinto da fabricação manual das garrafas inteiras.

Outras características também demonstram que o conjunto de 10 garrafas não fazia parte do aterro depositado para construir o piso de cimento. Isso fica evidente se observada a fragmentação dos vidros e cerâmica no aterro: 88% dos recipientes de vidro e 95% dos de cerâmica estavam representados por menos da metade do recipiente, em contraste com o bom estado de conservação das garrafas. Além do mais, ainda que a amostra seja pequena, de 24 vasilhames, o cálculo da Data Média Cerâmica (DMC) fornece uma data de 1845,56, sugerindo que a cerâmica é quase 50 anos mais antiga que o conjunto de garrafas (Gordenstein, 2014: 194). Se somadas as evidências sobre a falta de integridade dos utensílios aos indícios de sua maior antiguidade, fica comprovado que o solo com os artefatos foi retirado de outro local e utilizado como aterro após a desativação do terreiro de Candomblé. É o que Stanley South chama de “*displaced refuge*”, quando o refugo é retirado de seu contexto original e colocado acima de uma camada mais recente, o que resulta numa “estratigrafia inversa” (South, 1977: 298).

As garrafas inteiras foram **fabricadas** em datas posteriores ao período de uso intensivo dos quartos no subsolo. Remeter-se-iam, então, ao período final de uso do espaço, interpretação que ganha força se consideradas algumas diferenças, inclusive cronológicas, com as camadas arqueológicas abaixo e acima. No entanto, por se tratarem de garrafas, portanto bens reutilizáveis, sua data de fabricação raramente coincide com seu momento de refugo. Portanto, é primeiro necessário analisar a possibilidade de reutilização das garrafas e suas implicações cronológicas antes de afirmações contundentes a respeito de sua data de descarte.

*TIME LAG* E A REUTILIZAÇÃO DE GARRAFAS

Determinar o período de fabricação de garrafas é metade da batalha. Garrafas têm longos ciclos de vida, pois primeiro são contentores para um produto comercial e depois podem ser reutilizadas por tempo indeterminado num novo ciclo. Portanto, identificar a data de uma garrafa não é o mesmo que identificar a sua data de refugo.

A reutilização de garrafas foi estudada por Sarah Hill (1982), que teve como meta apresentar um *lag rate* de diferentes classes de contentores vítreos encontradas em contexto de refugo. Para explicar as idades diferentes de contentores encontradas no mesmo contexto, uma premissa explicitada pela autora é que a antiguidade de uma garrafa encontrada em contexto arqueológico é, em parte, um reflexo da urgência necessária no consumo do produto. Por exemplo, leite seria uma categoria de bebida que precisa ser consumida rapidamente, portanto seu contentor seria mais rapidamente descartado do que uma garrafa de vinho, que muito pelo contrário, frequentemente é consumido anos depois de produzido. Desta forma, a antiguidade dos recipientes descartados em momentos sincrônicos deverá, em parte, obedecer a essa lógica.

A autora demonstra, através de quatro estudos de caso, que a hipótese nem sempre procede, porém, argumenta que distorções nessa e em outras de suas hipóteses fogem à regra, e podem ser explicados por fatores comportamentais específicos do grupo de consumidores sob análise, inclusive no que tange a reutilização da garrafa.

Hill explica que o reuso de uma garrafa é uma das oito possíveis fases da vida útil de um contentor, que são: sua (1) manufatura, (2) preenchimento, (3) distribuição, (4) venda, (5) compra, (6) consumo, (7) reuso e, finalmente, seu (8) descarte, cabendo ressaltar que não é uma ordem linear, podendo o seu descarte, por exemplo, ocorrer logo após o seu preenchimento. Utiliza-se essa discussão sobre a manufatura, uso, e reuso de garrafas para focar naquelas encontradas no porão da casa 21 da rua 28 de Setembro. Vale ressaltar que a fórmula de *time lag* proposta por Hill tem como finalidade medir o número de anos decorridos entre as fases dois e oito (ver acima) para cada tipo de contentor. No nosso caso, não será possível utilizar a fórmula específica que ela propõe, pois requer o uso de uma data de deposição (das garrafas) terminal exata, apoiada em documentação histórica. Contudo, ainda assim, uma discussão cuidadosa sobre a possível vida útil das garrafas soteropolitanas permite uma aproximação maior com a real data de sua deposição.

Parece-nos que a questão de reciclagem de garrafas precisa ser esmiuçada para o contexto do fim do XIX e início do século XX. Duas vertentes pertinentes no que tange essa questão são o valor de uma garrafa e suas formas de reutilização. A primeira questão certamente está relacionada à capacidade e modos de produção dos recipientes, e, como discutido anteriormente, isso varia muito a depender do período e local de produção. Sabe-se que garrafas podiam ter um valor substancial: no inventário do vizinho da casa 21, José Simões, há uma listagem do valor dos itens na venda. Entre eles, constam dois “garrafões” vazios com valor de 1.000 réis cada um (APEBA, 1901). Trata-se, portanto, de um tipo de recipiente de valor suficiente para constar em um inventário, que poderia ter sido usado como recipiente para vinho e outras bebidas vendidas no varejo.

As garrafas de tamanho mediano, como as de cerveja e água mineral, são as mais frequentes no contexto do porão, portanto, segue-se com o exame delas.

Nos E.U.A., país com maior acesso a garrafas durante essa época, a garrafa de soda correspondia a 33% do valor do produto no início do século XX (Busch, 2000: 178). Lá, ainda que houvesse um grande número de furtos de garrafas, os distribuidores de soda, cerveja e água mineral não repassavam o preço da garrafa ao cliente, pois a competição acirrada entre os fabricantes e o medo da perda de clientela retardou o uso do sistema de depósitos até século XX (Busch, 2000: 184). No Brasil, este estudo ainda está por ser feito.

Hill sugere que quanto maior a garrafa, maior sua probabilidade de ser reaproveitada (Hill, 1982: 306). A autora dá o exemplo de pequenas garrafas medicinais, cujo gargalo estreito dificulta a limpeza de seu interior e impõe limites no seu reaproveitamento. Para garrafas maiores, de bebidas ou outros usos, parece-nos pertinente distinguir alguns grupos interessados no reuso das mesmas: o consumidor e um segundo conjunto que incluía produtores e vendedores. Existia ainda um terceiro grupo, aquele formado por comerciantes de garrafas reutilizadas. Neste caso, o comprador da garrafa a utiliza para fim diferente da original, sendo esta transferência, de um uso para o outro, o que Schiffer chama de “*lateral cycling*” (Schiffer, 1976). Na Bahia do fim do século XIX, num contexto não só de alto valor dos contentores vítreos, muito por conta da relativa escassez de recipientes não porosos, a garrafa de vidro era uma comodidade preciosa. A alguns metros da rua 28 de Setembro, no Terreiro de Jesus, uma fotografia mostra alunos da Faculdade Medicina da Bahia, em 1897, com garrafas de bebidas reutilizadas para conter produtos farmacêuticos (Zanettini & Camargo, 1999: 85 apud Levine, 1992: 181).

Na segunda categoria de reutilizadores de garrafas, que incluía os produtores e vendedores de bebidas, enquadra-se a fábrica soteropolitana da cerveja de nome “Bahiana”, que recebia as garrafas devolvidas na sua sede na região do Bonfim (APEBA, 1872). Artêmio Castro Valente, dono da fábrica de gasosas na Vitória, cuja marca estava estampada na garrafa torpedo, encontrada durante as escavações, era outro que certamente também requeria o retorno de suas garrafas, para reengarrifar a “*soda water*” de sua fábrica. Aliás, a inscrição de marcas na garrafa era uma estratégia usada para, além de identificar o produtor, também coibir seu uso pela competição.

Mas os “donos” legítimos não eram os únicos comerciantes interessados em garrafas de todos os tipos. Elas eram bem vindas pelos taverneiros e donos de vendas, como José Simões, o já citado comerciante vizinho na rua 28 de Setembro, que não vendia cerveja, mas no seu inventário constavam garrafas com laranjinha e vinhos, além de dois garrafões vazios. As poucas garrafas no seu estoque eram usadas para vender alguns de seus produtos alcoólicos, porém, fica implícito que geralmente caía sobre o cliente a responsabilidade de trazer um recipiente para engarrifar uma porção dos 440 litros de Vinho Figueira, 540 litros de cachaça, 60 litros de vinagre branco, três de álcool, nove de azeite doce e 10 de azeite disponíveis em pipas e barris para vender.

Existia também um terceiro grupo, aquele formado por comerciantes de garrafas recicladas. Na década de 1890, já era uma indústria consolidada nos E.U.A., a ponto de uma loja de garrafas usadas em Nova York ter um estoque de cinco milhões de recipientes (Busch, 2000: 177). Não há informações sobre essa realidade no Brasil, porém, não é difícil imaginar uma procura constante, em Salvador, por garrafas por parte das quatro pequenas fábricas de cervejas que constam no Almanaque Administrativo do ano de 1898.

Através da análise dos períodos de manufatura das garrafas e da camada de aterro, ficou clara sua deposição em dois períodos distintos. Porém, a possibilidade de reuso dos contentores exige uma discussão mais cuidadosa sobre essa importante vertente no ciclo de vida dos contentores vítreos desta coleção.

Tabela 2: Potencial de reutilização das garrafas

Número da Garrafa	Local de manufatura da garrafa	Necessidade de “frescor” para o consumo	Potencial para uso reciclado		
			Engarrafador	Comerciantes	Clientela
3, 4, 5, 9	Inglaterra	Alto	Baixo	Alto	Alto
7	Brasil	Baixo	Alto	Médio	Alto
6	Inglaterra	Alto	Alto	Médio	Baixo

Para discutir sobre a reutilização das garrafas do porão do sobrado, foram escolhidos os seis exemplares que por portarem inscrições referentes ao fabricante, da garrafa ou do produto que continham, permitem também o uso de fontes históricas (Tabela 2).

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE O *TIME LAG* E AS GARRAFAS DO PORÃO

As garrafas 3, 4, 5 e 9 foram todas manufaturadas na fábrica da Cannington, Shaw & Co., localizada em Saint Helen's, Lancashire, Inglaterra. Fazem parte do conjunto de bebidas que Hill considera de consumo rápido<sup>12</sup>. Permitimo-nos agora deduzir como seguiria a cadeia operatória para uma cerveja engarrafada na Inglaterra até o seu consumo na Bahia<sup>13</sup>. A *stout* escura da cerveja irlandesa Guinness, por exemplo, era engarrafada em contentores em forma “champagne”. Durante este período, no fim do século XIX, o maior exportador e engarrafador da marca para o Brasil era a Ihlers & Bell, com sede na Inglaterra (Hughes, 2006).

Uma vez produzida na fábrica da Guinness, a cerveja era transportada para o engarrafador, pois assim como as garrafas, ela era fabricada em outro local. As garrafas de cerveja de forma “champagne”, um tipo fabricado na Cannington, Shaw & Co., eram comumente usadas para engarrafar a cerveja Guinness. Caso fossem usadas para tal finalidade, somente 23 km separavam o fabricante de garrafas do importante engarrafador de Guinness, que tinha sede em Liverpool.

Após o engarrafamento, o próximo passo teria sido o transporte por navio para os clientes no exterior. Em Salvador, este seria a Edward Benn & Sons, a “única depositária” de Guinness da cidade (Diário de Notícias, 1893:4). Parece-nos o cenário descrito por Kátia Mattoso, dos ingleses concentrado-se na importação e exportação partir do porto de Salvador (Mattoso, 1992: 492). Após a passagem pela Alfândega e coletados os impostos<sup>14</sup>, restava à importadora vender a seus clientes, grande parte deles os muitos varejistas da cidade.

Em 1891, a cerveja inglesa era vendida por um preço que variava entre 666 a 817 réis cada garrafa; se levado em conta o fato de que um litro de cachaça custava 280 réis, em 1890, na loja A Providencial, de Salvador, fica nítido o quão alto era esse valor (Jornal do Brasil, 1891: 4; Pequeno Jornal, 1890: 3). Após o

<sup>12</sup> Segundo uma estimativa de um comerciante baiano no ano de 1887, uma cerveja conservava-se “inalterável” por 2 a 3 anos. Cf. O Asteróide (1887: 4).

<sup>13</sup> Entende-se que seja possível também que as garrafas fossem enviadas vazias, para engarrafamento na Bahia.

<sup>14</sup> Em 1880, a Assembleia Legislativa Provincial aprovou emenda baixando a taxa na cerveja importada para 400 réis a dúzia. Cf. Annaes da Assembleia Provincial (1880: 10).

consumo do produto, o retorno da garrafa para a Inglaterra para ser reengarrafado com cerveja era imponderável. Mas as possibilidades de reutilização em Salvador eram muitas. Talvez a garrafa fosse devolvida pelo cliente, para reaver um depósito. Senão, conforme discutido acima, certamente existiam muitos usos, tanto de cunho doméstico como comercial.

Portanto, essas garrafas de tamanho mediano, de paredes grossas e duradouras, seriam bastante visadas em Salvador. Uma vez engarrafadas na sua fábrica europeia, em relativamente pouco tempo poderiam ser consumidas no outro lado do oceano. Estimativas da Guinness, nessa época, sugerem que a cerveja deveria ser consumida em até 30 meses depois de produzida (Hughes, 2006). Porém, a partir do momento do consumo, a garrafa tornava-se um produto com alto potencial para ser reutilizado, não pelo engarrafador do produto original, mas por comerciantes locais e sua clientela, para guardar os mais variados produtos. Por essa razão, apesar dos dados históricos e técnicos (de manufatura) apontarem para uma data terminal de produção em torno do ano de 1900, o alto potencial de reutilização das garrafas 3, 4 e 5 inserem um importante fator de imprevisibilidade.

A garrafa 7 apresenta uma situação diferenciada no que tange seu potencial para uso reciclado. Não resta dúvida que o contentor com as inscrições “Vinho de salsa e caroba” e “Dias Lima” continha um produto associado à rede do português Agostinho Dias Lima, mas não sabemos o local de fabricação da garrafa<sup>15</sup>.

Depois do engarrafamento, ou até depois da venda do produto, o cliente não estaria sob pressão para beber logo o remédio para “moléstias do sangue”. Na escala desenvolvida por Hill, este seria um produto que poderia permanecer engarrafado por muito tempo antes de abri-lo, sem comprometer sua qualidade. Depois de aberto, o usuário poderia guardá-lo por tempo indeterminado e utiliza-lo lentamente, talvez por conta do alto preço<sup>16</sup>. Caso o remédio não agradasse, poderia permanecer por anos guardado e pouco utilizado. Uma vez esvaziado o conteúdo, provavelmente o cliente levaria a garrafa para a drogaria na Rua da Alfândega para enchê-lo novamente para novo consumo, conforme ocorria nos E.U.A., ou trocava a garrafa num depósito (Busch, 2000: 177). De posse da garrafa novamente, a drogaria poderia vender o produto para um novo cliente. Caso o recipiente não fosse devolvido, as possibilidades de reutilização eram muitas, ainda que as marcas do fabricante e a identificação do produto inscritos no utensílio devessem limitar seu uso para alguns fins comerciais. Por todas essas possibilidades de reutilização e pela falta de necessidade de consumo rápido, é viável que a garrafa permanecesse um longo período em circulação antes de seu refugo.

A garrafa 6 surge em circunstâncias diferentes. Sugere-se que a garrafa com o nome da família “Castro Valente” inscrita durante sua manufatura, tivesse vindo vazia, muito provavelmente da Inglaterra, para ser engarrafada com “água gasosa” na sua fábrica em Salvador.

A fábrica fornecia seus produtos para varejistas e, por estar localizado num bairro residencial da elite soteropolitana, provavelmente recebesse encomendas de clientes avulsos dos bairros próximos<sup>17</sup>. A prática de fornecer garrafas com a inscrição da marca do fabricante era tática usada por fabricantes de soda, cerveja e leite nos EUA para reduzir a incidência de “roubos” de garrafas e assegurar seu retorno num contexto em que

<sup>15</sup> Um artigo pós-morte sobre o português detalha a sua biografia e fornece informações gerais sobre uma fábrica sua, mas não há menção à fabricação de vidros no local. Presume-se que esta importante atividade teria sido mencionada caso ocorresse na sua fábrica localizada no local de Salvador chamado de “Jequitiaia”. Cf. *Gazeta Médica da Bahia* (1889: 337-342).

<sup>16</sup> Em 1879, o frasco de salsa e caroba, de procedência baiana, criado pelo farmacêutico Bittencourt era vendido em Salvador por três mil réis (*O Monitor*, 1878: 3).

<sup>17</sup> Em 1888, um comerciante local foi cobrado judicialmente pelos representantes da fábrica por não ter pago sua fatura por produtos adquiridos na Estrada da Victória, local da indústria. Cf. *APEBA* (1888).

não havia cobrança de depósito por medo de afugentar os clientes (Busch, 2000: 178). A fábrica na Vitória não aparece sozinha nas listagens para a categoria nos almanaques da época: por exemplo, no ano de 1904, outras duas fábricas de gasosas aparecem listadas. Outros concorrentes eram as diversas marcas de águas gasosas de origem europeia vendidas em Salvador, cujas garrafas não eram devolvidas ao produtor<sup>18</sup>. Não se sabe se o cliente era cobrado pela não devolução de uma garrafa da fábrica de Castro Valente.

Uma vez comprada por um varejista ou usuário final, a garrafa de água gasosa deveria ser consumida com certa rapidez para não perder suas propriedades. Depois de devolvida, a garrafa poderia ser reutilizada para engarrafar água gasosa na fábrica. Caso a garrafa não fosse devolvida, arriscando dessa forma a não restituição de um eventual depósito, poderia ser reutilizada por comerciantes ou para uso doméstico. Porém, parece-nos haver alguns fatores que limitavam essa reutilização. Primeiro, ainda que reconhecidamente um pequeno fator, a marca “Castro Valente”, inscrita no bojo, poderia dissuadir alguns ao uso ilegal da garrafa. Segundo, e isso sim um fator importante, a forma limitava o seu uso para alguns fins. As garrafas torpedo não tinham base plana e, portanto, não podiam ser assentadas “em pé”. Com paredes grossas, ela foi desenhada para ser deitada de modo a manter a rolha úmida e dessa forma não encolher, o que permitiria o vazamento de gás. Sem um suporte e assentada “de lado”, a garrafa facilmente poderia sair rolando.

Principalmente por essa segunda razão, sugere-se que este tipo de garrafa fosse menos visado para reutilização do que garrafas tradicionalmente usadas para cerveja, como a *champagne* e a *export*, e principalmente as garrafas ainda maiores, como as de vinho. Essa garrafa torpedo era excelente candidata a ser reutilizada repetida vezes pelo fabricante. Porém, por ser *soda water* um produto que, uma vez engarrafado, tinha que ser consumido com rapidez, esses ciclos de reutilização provavelmente eram rápidos.

O seu uso por outros comerciantes ou em contexto doméstico, parecem-nos mais limitados que os outros exemplos discutidos até agora. Por essa razão, mesmo que fosse usado até a desativação da fábrica em torno de 1905, não nos parece que a garrafa tivesse tido uma sobrevida significativa antes de sua eventual deposição no chão batido da casa 21 da rua 28 de Setembro. Portanto, o contexto apresentado para esta garrafa sugere sua deposição na 2ª metade da década de 1890 até, **no máximo**, alguns poucos anos depois da virada para o século XX.

A tarefa de assinalar uma data de refugo para os contentores de vidro é dificultada pela sua possível sobrevida através do seu uso reciclado. Um fator que auxilia é o fato de que as dez garrafas tiveram sua sobrevida interrompida a partir do momento que foram colocadas no chão batido. No caso de duas garrafas, essa sobrevida já havia sido interrompida antes de seu assentamento no piso, pois lhes faltava a terminação. Este fato sozinho impõe limites no número de anos de utilização das garrafas após sua manufatura.

Finalmente, o cálculo da data média das garrafas é útil neste caso: ele fornece uma data de 1890,5 que remete ao ano de fabricação (Gordenstein, 2014: 210). Trata-se de mais um subsídio para inferir uma data de deposição das garrafas, mesmo que derivada de uma amostra pequena. Apesar de não ser possível assinalar um ano exato, uma deposição em período próximo à virada para o século XX parece ser realístico, particularmente se considerada a discussão sobre o *lag rate* da garrafa 6, de forma tipo torpedo.

Esta evidência sobre a deposição das garrafas permite uma interpretação mais cuidadosa das informações históricas sobre o sobrado da rua 28 de Setembro. Trata-se justamente do período quando falece o dono do

---

<sup>18</sup> Cf. O Monitor (1879: 4), onde consta propaganda da Grande Drogaria de Francisco de Barros, que lista algumas marcas de águas europeias.

imóvel, e, possivelmente, também a sua companheira Emiliana. Seria mera coincidência? Partindo do entendimento de que se tratava de bens de algum valor, sendo, portanto, usados até fragmentarem-se, e, pressupondo que o porão serviu como palco de um Candomblé urbano, resta-nos investigar as práticas de africanos e seus descendentes na diáspora para identificar possíveis explicações sobre a função exercida pelas garrafas quando foram abandonadas.

### CONTENTORES DIVINOS

Na literatura arqueológica, as referências ao uso de garrafas por africanos na diáspora são relativamente escassas. No estudo mais conhecido sobre o tema, Wilkie (1997) demonstrou que garrafas de “conjuro” eram comumente enterradas abaixo do piso, próximo de locais de passagem e batentes de portas, por afro-americanos no sul dos E.U.A. Na mesma região da América do Norte, Samford (2000) relatou sobre quatro exemplos de uso de garrafas associado à prováveis altares religiosos, localizados em contextos usados por escravos africanos (Samford, 2000: 207-219). No Brasil, também tem sido constatada a presença de garrafas em locais frequentados por escravos africanos, tanto no contexto de uma senzala no Mato Grosso (Symanski, 2007: 25), como numa fazenda no litoral paulista, onde as garrafas provavelmente estavam associadas a um altar (Agostini, 2011: 75). Na documentação histórica, a primeira notícia de uso de garrafas para fins rituais ocorre em Olinda, no ano de 1721, quando um feiticeiro angolano consegue curar o seu paciente ao utilizar duas garrafas para aprisionar os “espíritos” que estavam a lhe importunar (Sweet, 2003: 126).

O historiador da arte Robert Ferris Thompson (1984: 142-144) discute o uso de “árvores de garrafas” na diáspora, cuja origem remete à crenças oriundas do centro-oeste africano. O autor apresenta um exemplo da Guiana, onde garrafas e outros objetos são amarrados nas árvores para proteger a propriedade de ladrões. Outro caso remete ao sul dos E.U.A., onde o autor descreve a árvore como algo que “chama” os espíritos nocivos e aprisioná-los dentro das garrafas, para que não entrem na casa. Desta forma, servem de proteção para “bloquear ou afugentar o mal”. Este exemplo ressalta também a função de armadilha ou contenção exercida pelas garrafas, nos moldes daquele evidenciado no exemplo supracitado em Olinda, e explicitado por Wyatt MacGaffey na sua pesquisa no centro oeste da África (Cf. MacGaffey, 1986: 80, 223).

A base teórica de Thompson está alicerçada numa visão “afrocêntrica”, que tem Melville Herskovits como progenitor, e que ressalta a sobrevivência de práticas do Velho Continente na diáspora. Desde a década de 1970, esta posição tem frequentemente sido colocada em oposição ao modelo de “crioulização”, primeiro introduzido por Mintz & Price (2003). Para estes pesquisadores, a heterogeneidade dos africanos na diáspora era imensa, e devido a essa diversidade cultural, o processo de “crioulização” foi rápido, com escravos adaptando-se a seus novos ambientes sociais e criando novas instituições, uma cultura “crioulizada”, como reação à opressão sofrida.

Desde então, ambas as posições tem sofrido críticas e refinamentos, sendo o uso mais criterioso e diacrônico dos dados históricos, sobre a origem e destino dos africanos escravizados, possivelmente, a inovação mais valiosa nos estudos mais recentes sobre a diáspora. O resultado tem sido uma caracterização mais robusta e específica dos integrantes das “massas heterogêneas” do modelo Mintz & Price (Ogundiran & Falola, 2010: 18-20).

Na sua análise diacrônica sobre a naturalidade dos escravos no Recôncavo baiano, Parés (2005) enxerga a possibilidade da ocorrência dos dois processos, ao longo de um determinado período de tempo. Por essa razão, o pesquisador destaca a necessidade de adoção de um modelo “pendular” que é sensível a oscilações e contemple tanto a “africanização” como a “ladinização”<sup>19</sup> dos africanos na diáspora.

Tal oscilação certamente também existiu em Salvador durante o período do tráfico transatlântico. Para citar somente um exemplo do século XIX, houve na capital baiana entrada significativa de iorubanos escravizados, sobretudo, entre as décadas de 1820 até 1840. Segundo uma estimativa para o período de 1821-1850, entre os africanos em Salvador, 53,2% eram da África ocidental, cuja maioria era formada pelos “nagôs”, como eram conhecidos os iorubanos na Bahia (Parés, 2007: 72). A entrada maciça destes africanos, assim como a chegada anterior de escravos conhecidos na Bahia como “jejes”, oriundos principalmente do território controlado pelo reino do Daomé, durante o período do tráfico chamado de ciclo da Costa da Mina, foram fatores determinantes para a formação da religião que viria ser conhecida como Candomblé.

Matory (1999) demonstra que o trânsito de ideias e influências não é unidirecional, da África para a diáspora, ao sublinhar a forma dialética de construção de uma identidade “transatlântica”, uma espécie de “diálogo” entre continentes que molda a cultura em ambos os lados do oceano. De fato, estudos recentes identificam as idas e vindas de importantes atores do Candomblé baiano no fim do século XIX e reforçam a tese da necessidade de adoção de uma escala transatlântica para o seu estudo (Parés & Castillo, 2015; Castillo, 2012). Conforme Nina Rodrigues confidenciou na década de 1890, existia também uma demanda por objetos de culto oriundos da África, de cauries e outros artigos, que tinham Salvador como destino final (Rodrigues, 2006: 108).

Ao chegar a Salvador, os escravos da África ocidental se deparavam com uma cidade já fortemente influenciada por africanos oriundos do centro-oeste do continente e seus descendentes crioulos, moradores da capital baiana desde o século XVII, quando o tráfico trouxe vítimas, sobretudo, do porto de Luanda (Reginaldo, 2005: 185). Contudo, a historiografia tem geralmente focado na interpenetração das práticas das “nações” jeje-nagô e seu papel na formação do Candomblé, com pouca atenção dada às “nações” associadas ao centro-oeste africano<sup>20</sup>.

Apesar da lacuna identificada, o Candomblé é exemplo claro de que o domínio demográfico nagô no século XIX não significou o fim de tradições identificadas com outras “nações” africanas. Por exemplo, a historiografia já sublinhou claramente o papel central dos povos da Costa da Mina na consolidação de vários aspectos litúrgicos da religião no século XIX (Parés, 2007). Para o arqueólogo que analisa o Candomblé a partir de sua cultura material, essa realidade parece sugerir a necessidade de cautela nas correlações entre

<sup>19</sup> “Ladinização” refere-se a crioulização dos escravos no Brasil, processo que inclui a sua capacidade de aprender o português e compreender o cristianismo (Parés, 2005: 93).

<sup>20</sup> “Nação” neste caso trata-se do padrão ideológico e ritual do terreiro, usado como elemento de diferenciação nos candomblés e correlacionado com práticas oriundas de diferentes regiões africanas. Para uma discussão mais aprofundada, cf. Lima (2010). Enquanto sua influência tem sido minimizada nas etnografias sobre o Candomblé desde o fim do século XIX, apesar de evidências demográficas e rituais de sua presença, no seio das comunidades religiosas sua importância era tal que quando questionados em 1937, 31% dos 67 sacerdotes se diziam seguidores da liturgia de origem “banto” (Carneiro, 1985: 45). Estudo recente sugere africanos do centro-oeste africano podem ter vindo em números maiores do que aqueles geralmente citados durante o século XVIII (Ximenes, 2012). No século XIX, nas vilas açucareiras de São Francisco do Conde e Santo Amaro, ainda que baseado numa base de dados pequena, os angolas eram o grupo africano dominante entre as diversas etnias presentes, com 30,4% de representatividade (Parés, 2007: 66). Para evidências de candomblés “angolas”, ver Parés (2007: 151) e Reis (2001: 155); sobre o “nagocentrismo” nos estudos acadêmicos sobre o candomblé, ver Parés (2006).

densidade populacional e a leitura simbólica dos contextos encontrados. Desta forma, ressalta-se aqui a contribuição de vários grupos culturais para a consolidação da religião, e a necessidade de escolha de ferramentas metodológicas que contemplem a fluidez do contexto sob análise.

Conforme argumenta Parés (2007), é a partir do século XIX que o Candomblé se consolida como uma religião, exibindo uma ampla rede de congregações extradomésticas e características como uma hierarquia sacerdotal e calendário litúrgico. Ainda que os terrenos nos arredores da cidade oferecessem os recursos naturais ideais e maior distância do aparato repressivo instalado nos bairros urbanos, durante a 2ª metade do século, segundo pesquisa nas fontes históricas que denunciam os cultos e relatam a repressão policial, cerca de metade dos terreiros estavam localizados no centro da cidade, nas lojas, quintais e porões dos apertados espaços urbanos soteropolitanos (Parés, 2007: 138-139; Santos, 2009: 14).

Não é coincidência que o início da 2ª metade do século XIX foi um período de grande crescimento para o Candomblé, justamente quando há um decréscimo na população escrava. No plano logístico, as barreiras impostas pela escravidão dificultavam o acesso aos espaços necessários e os longos períodos de recolhimento e dedicação requeridos, tanto dos sacerdotes como membros participantes. Dessa forma, o Candomblé é “parte e produto da liberdade” por somente consolidar-se com o gradual aumento no número de libertos e crioulos, cuja maior liberdade de movimentação era compatível com as demandas de uma religião iniciática com extenso calendário litúrgico (Parés, 2012: 112). De forma paradoxal, enquanto o número de participantes africanos diminuía, a África como lócus de mercadorias para uso religioso e aprendizado litúrgico, tornava-se símbolo cada vez mais potente nos terreiros baianos.

No contexto do Candomblé baiano, é a partir de meados do século XX que se têm maiores informações sobre o uso de garrafas em contexto religioso. Desta forma, na Bahia é possível usar fontes etnográficas para fazer analogias e assim sugerir aproximações. O primeiro relato do uso de uma garrafa no contexto do Candomblé remete ao ano de 1864, quando um jornalista descreve o que testemunhou num terreiro de candomblé da nação angola: “uma garrafa de vinho e uma vela para improvisos, mudança de fala, subida do santo à cabeça” (O Alabama, 1864: 3). O relator parece se referir à incorporação de uma ou mais entidades espirituais por parte de um especialista religioso, mas sem maiores detalhes é arriscado afirmar qual teria sido o papel desempenhado pela garrafa. Nos dias atuais, há maiores subsídios etnográficos para entender o contexto de uso de garrafas em rituais religiosos.

Consultas feitas com especialistas religiosos do Candomblé de Salvador não geraram hipóteses para a possível função das garrafas, portanto, buscaram-se respostas na literatura pertinente<sup>21</sup>. Uma revisão dos estudos etnográficos do Candomblé sinaliza a presença de garrafas nos rituais do axexê, a elaborada cerimônia que ocorre após a morte de determinados membros de um terreiro. Afinal, Bastide (1973) descreve em grande detalhe um dos dias do axexê para a filha de santo Sofia, do terreiro soteropolitano Tumba Junçara, onde as garrafas, dentro das quais constam bandeirolas com as cores do orixá da falecida, neste caso Exu, tem importante papel durante a cerimônia. No artigo, ele também transcreve parte de uma descrição de Clouzot de um axexê angola e outro de um axexê jeje descrito por Métraux, em 1951, onde uma garrafa também é usada. Binon-Cossard também descreve um axexê no terreiro angola de João da Gomeia, no Rio de Janeiro, em que consta o uso de garrafas (Binon-Cossard, 1970: 248-251). No Bogum, outro conhecido terreiro de Salvador, uma foto revela que no *sirrum* (o axexê da nação jeje do candomblé) para a falecida Runhó houve

<sup>21</sup> Muitos detalhes relacionados à rituais específicos são “segredos” reservados a alguns poucos membros do culto. Para discussão sobre o segredo no Candomblé, ver (Castillo, 2010; Johnson, 2002; Capone, 2009).

também uso de garrafas de cerveja (Parés, 2007: 239). Por outro lado, no axexê do Ilê Axé Opô Afonjá descrito por José Lima não há a presença de garrafas (Lima, 1946: 5-14).

Não obstante a presença de garrafas no axexê, o seu uso para esse fim no porão do sobrado estudado nos parece improvável. Axexês são cerimônias que têm como finalidade desvencilhar a pessoa morta do mundo dos vivos e do espaço do terreiro. Para tal, os objetos usados são todos despachados “para bem longe” (Bastide, 1973: 355). Entretanto, primeiro, os objetos e vestimentas associados à falecida são quebrados e rasgados; este conjunto de materiais é chamado de “urupim” (Binon-Cossard, 1970: 253). Porém, há exceções: se a morta foi uma ialorixá, talvez os objetos usados por ela para cultuar o seu orixá permanecessem, e algumas de suas vasilhas fossem assentadas na “casa dos mortos” (Santos, 2008: 233). Contudo, essas circunstâncias não explicam adequadamente a presença de sete das dez garrafas justamente no cômodo com a maior densidade de materiais enterrados e por isso interpretado como sendo um “quarto de santo”, o espaço usado para venerar as divindades. Uma vez que os orixás e os antepassados são sempre cultuados em espaços separados, parece ser improvável que as garrafas do sobrado estivessem associadas, por exemplo, ao axexê da sacerdotisa ou outra pessoa ligada ao terreiro.

Muito mais provável teria sido seu uso como parte do conjunto de materiais e alimentos oferecidos para as divindades do Candomblé. Por exemplo, garrafas de cerveja são geralmente oferecidas ao Caboclo, que prefere essa bebida, ainda que seu assentamento geralmente fica numa área externa da casa (Santos, 1995: 65). Uma garrafa de cerveja também foi retratada por Robert Farris Thompson em visita à Bahia, no altar para Ogum, Logunedé e Oxossi, enquanto que garrafas de cachaça comumente são oferecidas para Exu e Legbá (Thompson, 1993: 184; Parés, 2007: 340). Ademais, deve também ser considerada a possibilidade de reutilização das garrafas e seu posterior preenchimento com bebidas que não fossem as originais.

Com a exceção de uma pequena panela, não foram encontrados objetos associadas às garrafas no chão do porão. Normalmente, em local utilizado como altar, encontram-se objetos diversos, sobretudo recipientes cerâmicos, e oferendas de origem vegetal e animal. O ritual do oxê, a limpeza ritual dos altares, pode explicar a ausência destes materiais, ainda que esta tese não esclareça por completo a aparente escolha pela não remoção das 10 garrafas do piso. Ainda que pareça-nos provável que as garrafas tenham sido depositadas originalmente como objetos de oferendas à divindades do Candomblé, não se pode descartar por inteiro a possibilidade de que tenham sido deixadas no piso para proteger o espaço, de forma similar às árvores de garrafas citadas anteriormente. Nesta interpretação, teriam sido intencionalmente abandonados no piso do terreiro para este propósito. Suporte adicional a esta hipótese viria na forma de cruces riscadas pós queima nas asas do único objeto encontrado junto com as garrafas, uma pequena panela cerâmica de fabricação local (Figura 5). Este símbolo cruciforme, encontrado inscrito em utensílios cerâmicos da diáspora, inclusive no Brasil, tem sido interpretado como sendo um cosmograma bacongo, símbolo usado extensivamente no centro-oeste africano não só para representar o cosmos, mas também, para comunicar com o mundo espiritual (Symanski, 2013: 42-44; Ferguson, 1999). Sabe-se que num contexto de crescimento intenso do Candomblé no fim do século XIX e competição entre liturgias que enfatizavam diferentes aspectos rituais, determinados objetos ou signos poderiam ser usados como sinais “diacríticos” de diferenciação (Barth, 1998). Ainda que não se tratasse de um Candomblé que se reconhecesse como sendo da nação “congo” ou “angola”, se verdadeira esta hipótese, práticas associadas ao centro-oeste africano teriam feito parte da caixa de ferramentas ritualísticas da líder religiosa do terreiro.



*Figura 5: Recipiente cerâmico associado às garrafas, observar a marca cruciforme na asa (Autor).*

## CONCLUSÃO

A possibilidade de correlação entre os eventos que ocorreram, a partir do fim do século XIX, no porão da casa, e o seu proprietário deve-se às extensas intervenções construtivas no espaço, que incluíram o assentamento de uma série de objetos rituais associados a elementos arquitetônicos da casa. O alto investimento necessário para levantar paredes divisórias e colocar uma escadaria de acesso ao andar acima, entre outras reformas no espaço do porão, resultou em mudanças significativas que não devem ter passado despercebidos aos proprietários. A dedução que se faz é que eles próprios financiaram as obras. A forte correlação entre as datas derivadas da análise dos contentores vítreos e as datas históricas da morte dos donos da casa, e depois, a venda do imóvel pelos herdeiros para fora da família, serve para substanciar a tese de que há no mínimo a cumplicidade da família do proprietário português, na inauguração, uso e fechamento do terreiro de Candomblé no porão da casa.

No Candomblé, a morte da líder geralmente é acompanhada por um período de incerteza no terreiro, onde a falecida é homenageada, e se escolhe uma sucessora. O abandono do porão da rua 28 de Setembro sugere que não tenha havido uma sucessão na liderança do culto que lá ocorria, pelo menos não neste local. Mas esta não foi uma decisão imediata. Conforme a interpretação oferecida aqui, as garrafas permaneceram visíveis no chão por muitos anos, testamentos da devoção às divindades afro-brasileiras num pequeno terreiro urbano na cidade de Salvador.

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do meu doutoramento e apoiada por uma bolsa de pós-graduação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). As escavações discutidas no texto ocorreram durante o Projeto Pelourinho de Arqueologia coordenado por Rosana Najjar; registro aqui o meu agradecimento a ela e a extensa equipe envolvida. Na UFBA, agradeço aos professores do PPGA que

colaboraram com esta pesquisa, em especial o meu orientador Carlos Etchevarne pelo apoio incondicional durante todas as fases do projeto. Também sou grato a Alane Fraga e Urano Andrade pelo levantamento de parte da documentação histórica utilizada aqui, e aos pareceristas anônimos, que fizeram importantes contribuições para a melhoria do texto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, C. 2011. *Mundo atlântico e clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. 200 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BARKER, T.; HARRIS, J. R. 1993. *A Merseyside Town in the Industrial Revolution: St. Helen's, 1750-1900*. University Press, Liverpool.
- BARTH, F. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFFE-FENART, J. (Org.) *Teorias da etnicidade*. UNESP, São Paulo. Pp. 185-227.
- BASTIDE, R. 1973. *Estudos afro-brasileiros*. Perspectiva, São Paulo.
- BINON COSSARD, G. 1970. *Contribution a l'etude des candombles au Bresil: le candomble angola*. 414 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Paris.
- BUSCH, J. Second time around: a look at bottle reuse. 2000. In: BRAUNER, D (Org.). *Approaches to Material Culture Research for Historical Archaeologists*. 2ª Ed. Society for Historical Archaeology, California, PA. Pp.175-188.
- CAPONE, S. 2009. *A busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Pallas.
- CARNEIRO, E. 1985. *Candomblés da Bahia*. Ediouro, Salvador.
- CASTILLO, L. E. 2010. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. EDUFBA, Salvador.
- CASTILLO, L. E. 2012. Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca. In REIS, J.J. & AZEVEDO, A. (Org.) *Escravidão e Suas Sombras*. Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador. Pp. 65-110.
- COTRIM, D. S. 2008. *Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: o caso de Tramandaí (RS)*. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), UFRGS, Porto Alegre.
- FERGUSON, L. 1999. "The cross is a magic sign": marks on eighteenth-century bowls from South Carolina. In: SINGLETON, T. (Org.) *"I, too, am America": archaeological studies of african-american life*. University Press of Virginia, Charlottesville/London. Pp. 116-131.
- GORDENSTEIN, Samuel Lira. 2014. *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista*. 365 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GORDENSTEIN, Samuel Lira. 2016. Planting Axé in the City: Urban Terreiros and the Growth of Candomblé in Late Nineteenth-Century Salvador, Bahia, Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage* 5(2): 71-101.
- GRADEN, D. 1998. "So much superstition among these people!" Candomblé and the dilemmas of afro-brazilian intellectuals, 1864-1871. In: KRAAY, H(Org.) *Afro-Brazilian Culture and Politics*. M. E. Sharp, Armonk, NY and London. Pp. 57-73.
- HARDING, R. E. 2000. *A refuge in the thunder: Candomblé and alternative spaces of blackness*. Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.
- HILL, S. 1982. An examination of manufacture-deposition lag for glass bottles from late historic sites. In: DICKENS, R (Org.). *Archaeology of urban America: the search for pattern and process*. Academic press, New York.
- HUGHES, D. 2006. *A bottle of Guinness, Please*.Phimby, Workinham.
- JOHNSON, P. C.2002. *Secrets, gossip, and gods: the transformation of brazilian Candomblé*. Oxford University Press, Oxford/New York..

- JONES, O.; SULLIVAN, C. 1989. *The parks Canada glass glossary*. Canadian Government Publishing Center, Quebec.
- LIMA, J. 1946. A festa de Egum. In: LIMA, J (Org.). *Folklore baiano, três ensaios*. Imprensa da Bahia, Salvador. Pp. 5-14.
- LIMA, V. 2010. O conceito de nação nos candomblés da Bahia. In: LIMA, V. (Org.) *Lessé Orixá: Nos pés do Santo*. Corrupio, Salvador. Pp. 117-129.
- LINDSEY, B. 2010. Historic glass bottle identification & information website. *Society for Historical Archaeology and Bureau of Land Management*. Disponível em: < <http://www.sha.org/bottle/index.htm>>. Acesso em: 22 de julho, 2013.
- LOCKHART, B. 2007. The origins and life of the Export beer bottle. *Bottles and Extras*. 18, 3: 49-58, Maio-junho. Houston.
- LOCKHART, B.; SCHULZ, P; SERR, C.; LINDSEY, B. 2010. The dating game- the Owens bottle company. *Bottles and Extras*, 21, 1: 50-61. Houston.
- LOCKHART, B.; LINDSEY, B.; SERR, C.; SCHULZ, P.; SHRIEVER, B. 2014. Cannington, Shaw & Co. *Encyclopedia of manufacturers marks on glass containers*. Pp. 51-64. Disponível em: <[www.sha.org/bottle/makersmarks.htm](http://www.sha.org/bottle/makersmarks.htm)> Acesso em: 26 de março, 2014.
- MACGAFFEY, W. 1986. *Religion and society in Central Africa: the BaKongo of lower Zaire*. University of Chicago, Chicago.
- MATORY, J. L. 2005. *Black atlantic religion: tradition, transnationalism, and matriarchy in the afro-brazilian candomblé*. Princeton University Press, Princeton and Oxford.
- MATTOSO, K. 1992. *A Bahia no século XIX: uma província no império*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- MILLER, G.; SULLIVAN, C. 2000. Machine-made glass containers and the end of production for mouth-blown bottles. In: BRAUNER, D (Org.). *Approaches to Material Culture Research for Historical Archaeologists*. 2ª. ed. Society for Historical Archaeology, California, PA. Pp. 161-174.
- MINTZ, S.; PRICE, R. 2003. *O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica*. Pallas, Rio de Janeiro.
- OGUNDIRAN, A.; FALOLA, T. 2010. *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Indiana University Press, Bloomington.
- PARÉS, L. N. 2005. O processo de criouliização no recôncavo baiano. *Afro-Ásia*. 33:87-132. Salvador.
- PARÉS, L. N. 2006. O processo de "nagoização" no Candomblé baiano. In: BELLINI, L.; SOUZA, E. S.; SAMPAIO, G. D. R. (Org.) *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Corrupio, Salvador. Pp. 299-330.
- PARÉS, L. N. 2007. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2a. ed. Unicamp, Campinas.
- PARÉS, L. N. 2012. Memórias da escravidão no ritual religioso: uma comparação entre o culto aos voduns no Benim e no candomblé baiano. In: REIS, J. J.; AZEVEDO, E. (Org.) *Escravidão e suas Sombras*. EDUFBA, Salvador. Pp. 111-142.
- PARÉS, L.N. & CASTILLO, L. 2015. José Pedro Autran e o retorno de Xangô. *Religião e Sociedade*, 35(1): 13-43.
- REGINALDO, L. 2005. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Tese de doutorado, Departamento de História, UNICAMP, Campinas.
- REIS, J. J. 2001. Candomblé in nineteenth century Bahia: leaders, followers, clients. *Slavery and Abolition*, v. 22, n. 1: 116–34. New York/London.

- RODRIGUES, R. N. 2006. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Editora UFRJ [1896-1897].
- SAMFORD, Patricia. 2000. *Power runs in many channels: subfloor pits and West African based spiritual traditions in Colonial Virginia*. 349 f. Tese (Doutorado em Antropologia), University of North Carolina, Chapel Hill.
- SANTOS, J. T. D. 2009. Geografia religiosa afro-baiana no século XIX. *Revista VeraCidade*, v. 4, 5: 1-16. Salvador.
- SANTOS, J. T. D. 1995. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Sarah Letras, Salvador.
- SANTOS, J. E. D. 2008. *Os nagô e a morte: pade, asese, e o culto egun na Bahia*. 13ª ed. Vozes, Petrópolis.
- SCHIFFER, M. B. 1976. Cultural formation processes. In: SCHIFFER, M. B. (Org.) *Behavioral Archaeology*. Academic Press, New York.
- SOUTH, S. 1977. *Method and theory in historical archaeology*. Academic Press, New York.
- SWEET, J. 2003. *Recreating Africa: culture, kinship, and religion in the african-portuguese world, 1441-1770*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill.
- SYMANSKI, L. C. 2007. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos da Chapada dos Guimarães. *Vestígios*, v. 1, 2: 7-36. Belo Horizonte.
- SYMANSKI, L.C. 2013. Africanos no Mato Grosso- cultura material, identidades e cosmologias. In: AGOSTINI, C (Org). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 7 letras, Rio de Janeiro. Pp. 37-58.
- THOMPSON, R. F. 1984. *Flash of the spirit: african & afro-american art & philosophy*. Random House, New York.
- THOMPSON, R. F. 1993. *Face of the gods: art and altars of Africa and the african americas*. Museum for African Art, New York.
- WILKIE, L. 1997. Secret and sacred: contextualizing the artifacts of african-american magic and religion. *Historical Archaeology*, v. 31, 4: 81-106.
- XIMENES, C. 2012. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos*. 260 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ZANETTINI, P.; CAMARGO, P. B. 1999. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* Zanettini Arqueologia, São Paulo.

#### FONTES MANUSCRITAS

- ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS), 1873. Paróquia do Pilar, Batismos, 1852-1884, batismo de João Marques, 02 de março de 1873 (f. 229 verso).
- ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS), 1875. Paróquia do Pilar, Batismos, 1852-1884, batismo de João Marques, 02 de março de 1873 (f. 229 verso).
- ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SALVADOR (ASCM), 1895. Enterramentos feitos no Campo Santo, 1323, vol. 3, anos 1894-1901, f. 19 verso, 10/08/1895, enterramento n. 168.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR (AMS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Rua 28 de Setembro, anos 1893 e 1915, Freguesia da Sé, Provedoria, Livros I e II.
- AMS, 1926. Obras, Projeto para modificação do prédio: rua 28 de Setembro, n. 21, 16 de novembro de 1926.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA), 1905. Ação ordinária-cobrança, ano 1905, Judiciária, 09/313/04.
- APEBA, 1925. Escritura de compra e venda, 1883/293/28-29, Judiciária, Escrituras, 8 de abril de 1925.

- APEBA, 1872. Escritura de contrato, Colatino Marques de Souza e Cia, ano 1872, Escrituras, Livro 421, f. 26v-27v.
- APEBA, 1871a. Inventário de Ana Leopoldina e Oliveira, ano 1871, Judiciária, Inventários, 05/2048/2519/09.
- APEBA, 1871b. Inventário de Manoel Martins de Andrade, Judiciária, ano 1871, Inventários, 3/1292/1761/07.
- APEBA, 1874. Inventário de Guilherme Rebelo, ano 1874, Judiciária, Inventários, 07/2897/01.
- APEBA, 1899. Inventário de João Batista Barbosa Marques, anos 1899-1941, Judiciária, Inventários, 03/1200/1669/08.
- APEBA, 1904. Inventário de João Baptista Gonçalves Ferreira, anos 1904-1918, Judiciária, 1/69/87, folha 154.
- APEBA, 1901. Inventário de José Augusto Simões, ano 1901, Judiciária, Inventários, 01/83/115/11.
- APEBA, 1951. Jesus Lopes Cal pede retificação no nome da filha, ano 1951, Cível, 236/54/10.
- APEBA, 1888. Sumária 68, 28/980/3, Judiciária, “Cobrança de dívida pela empresa Castro Valente & Cia a José Custódio”, ano 1888, f. 06.

#### FONTES IMPRESSAS

- A GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1889. Vol. 20, Lithographia de João Gonçalves Tourinho, Salvador.
- ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 1880. 75ª sessão ordinária de 02 de agosto, 4º volume, Typographia do Diário da Bahia, Salvador.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador/BA, 20/06/1893.
- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro/RJ, 22/09/1891.
- MASSON, C. L.(Org.). 1857. *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857*, Typographia de Camillo de Lellis Masson & Cia, Salvador.
- O ALABAMA, Salvador/BA, 8/11/1864.
- O ALABAMA, Salvador/BA, 2/11/1865.
- O ALABAMA, Salvador/BA, 9/06/1868.
- O ALABAMA, Salvador/BA, 15/11/1871.
- O ASTERÓIDE, Cachoeira/BA, 04/10/1887.
- O CORREIO DA BAHIA, Salvador/BA, 03/05/1878.
- O MONITOR, Salvador/BA, 17/09/1876.
- O MONITOR, Salvador/BA, 19/09/1877.
- O MONITOR, Salvador/BA, 16/06/1878.
- O MONITOR, Salvador/BA, 05/07/1878.
- O MONITOR, Salvador/BA, 08/01/1879.
- O MONITOR Salvador/BA, 15/03/1879.
- O MONITOR, Salvador/BA, 03/06/1879.
- O MONITOR, Salvador/BA, 23/12/1880.

O PAIZ, Rio de Janeiro/RJ, 20/03/1885.

O PEQUENO JORNAL, Salvador/BA, 10/03/1892.

O PEQUENO JORNAL, Salvador/BA, 19/08/1890.

PACOTILHA, São Luís/MA, 30/12/1909.

REIS, A. dos.(Org.). 1898. *Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia: primeiro anno*, [S1].  
Wiicke Picard & C, Salvador.

REIS, A dos.(Org.). 1904. *Almanaque administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário do estado da Bahia. 1904-1905*, 7º ano, Reis & Cia, Salvador.

SAUER, A.(Org.). 1901. *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1901*,  
Companhia Typographica do Brazil, Rio de Janeiro.